
PROJETO ARQ-GEO:

MEMÓRIA

INFORMACIONAL E

GEOPROCESSAMENTO

EM ARQUEOLOGIA*



JORGE EREMITES DE OLIVEIRA**, LUANA CARLA MARTINS CAMPOS AKINRULI***,
SAMUEL AYOBAMI AKINRULI****

Resumo: *este artigo apresenta os primeiros resultados do Projeto ARQ-GEO, pensado e desenvolvido em 2019 para a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), cujo objetivo diz respeito à organização de informações sobre a formação profissional no campo da Arqueologia no país. Por meio de uma programação criada e disponível na plataforma <<https://larqgeo.insod.org/en>>, tornou-se possível o acesso a informações estatísticas e à utilização de ferramentas de geolocalização sobre os cursos graduação, mestrado e doutorado em Arqueologia e Antropologia/Arqueologia existentes no Brasil. A iniciativa favorece discussões sobre aspectos institucionais da formação profissional e os procedimentos de acesso à informação para uma memória social da ciência.*

Palavras-chave: *Arqueologia Brasileira. Geoprocessamento. História da Ciência. Memória Organizacional. SIG/GIS.*

No âmbito da história da Arqueologia Brasileira, compreendida sob diferentes narrativas, lugares de fala e perspectivas teóricas, a memória informacional da ciência é tema que requer estudos atualizados, seja nos aspectos mais amplos e globais (nacionais e inter-

* Recebido em: 24.02.2020. Aprovado em: 02.07.2020.

** Pós-Doutor em Antropologia (MN/UFRJ). Docente da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail:* eremites.br@gmail.com

*** Doutora em Antropologia/Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora de Projetos e Pesquisas do Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD). *E-mail:* luanacampos@insod.org

**** Mestre em Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Diretor de Gestão de Inovação do Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD). *E-mail:* ayobami@insod.org

nacionais), seja nos aspectos mais regionais, locais e temáticos (Amazônia, Nordeste, licenciamento ambiental, etc.). Sobre o assunto, existe uma crescente e relevante contribuição em termos de produção intelectual, a maioria publicada a partir da década de 1990: Azevedo Netto (2015), Barreto (1998, 1999, 2000), Bezerra (2008), Bueno (2011), Eremites de Oliveira (2002, 2008, 2014), Ferreira (2010), Ferreira; Cerqueira (2009), Funari (1989, 1994), Gaspar (2000, 2003), Gnecco; Dias (2015, 2017), Lima (1993), Morales; Moi (2009), Prous (1992), Saladino; Machado (2016), Santos (2015), Schaan; Bezerra (2009), Souza (1991) e tantos outros. Em grande medida, identificar o campo de atuação, sobretudo em termos de docência, produção científica e perfil profissional, incluindo os espaços institucionais onde as pessoas atuam e suas posições políticas, traz consigo a possibilidade de compreender o processo de desenvolvimento das pesquisas e a própria dinâmica da disciplina. Entender onde, por quem e de que forma a Arqueologia é desenvolvida em suas diferentes esferas de atuação é, pois, tema relevante que exige reflexões relacionadas a sua constituição enquanto campo do conhecimento científico e a respeito de seu respectivo habitus.

Na perspectiva de contribuir para o entendimento do assunto, em 2019 foi elaborado e desenvolvido gratuitamente para a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) o Projeto ARQ-GEO, sob a responsabilidade do Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD). O propósito da iniciativa está ligado à organização e divulgação de informações sobre a formação profissional de arqueólogos no Brasil, especialmente em nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. A motivação para a realização dos trabalhos se deu em decorrência da regulamentação da profissão de arqueólogo, conquistada pela Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018.¹ Por meio de uma programação criada e disponível na plataforma digital <<https://arqgeo.insod.org/en>>, tornou-se possível pesquisar informações estatísticas e utilizar ferramentas de geolocalização para identificar os cursos de bacharelado, mestrado e doutorado em Arqueologia e Antropologia/Arqueologia no país (Figura 1), pesquisa que nem sempre é fácil especialmente para aqueles que querem ingressar ao universo acadêmico na graduação (AKINRULI; AKINRULI; EREMITES DE OLIVEIRA, 2019).

Nesta linha de argumentação, importa dizer que o uso do georreferenciamento em Arqueologia não é nenhuma novidade no Brasil, especialmente porque o uso de aparelhos para localização e serviços de topografia (GPS, estação total etc.), além de aplicativos para o próprio SIG/GIS (Sistema de Informação Geográfica), tem sido popularizado no país a partir dos anos 1990 e 2000 (ver, p. ex., PELLINI, 2007, 2008). Em boa medida, esta situação está ligada ao crescimento das pesquisas arqueológicas em museus, instituições de ensino superior e, sobretudo, no contexto do aumento da demanda de trabalhos para o licenciamento ambiental, os quais incidem sobre áreas destinadas a empreendimentos potencialmente degradantes para o meio ambiente, o patrimônio cultural e os seres humanos.



Figura 1: Página inicial da plataforma digital ARQ-GEO
 Fonte: <https://arqgeo.insod.org/en>. Acesso em: 22 mar. 2020.

O Projeto ARQ-GEO está baseado em um tipo de pesquisa que sistematiza os dados oficiais contidos em bancos de dados relacionados ao campo de formação profissional em Arqueologia. Foi desenvolvido com o propósito de organizar informações de modo a permitir o acesso fácil e geolocalização dos cursos de bacharelado, mestrado e doutorado por região (Figura 2), feito por meio do uso de ferramentas de geoprocessamento SIG/GIS, quais sejam ArcGIS 10.6 e QGIS 3.0, associadas ao sistema de gerenciamento de conteúdo com linguagem de programação, especialmente por meio de Cascading Style Sheets (CSS), Extensible Markup Language (XML), Hypertext Preprocessor (PHP), JavaScript® (JS), Leaflet.js, MySQL Database, SQL Developer.

A experiência de navegação (Figuras 2 e 3) está baseada na visualização, em diferentes escalas, da disponibilidade e disposição dos cursos de graduação em Arqueologia (identificados pelo triângulo vermelho) e aqueles de pós-graduação *stricto sensu* em Arqueologia/Antropologia (identificados pelo triângulo amarelo) no território brasileiro. Assim, a depender da escala de navegação, essa disponibilidade é aglomerada em *clusters* (círculos verdes) que indicam agrupamentos de oferta de cursos. Para acessar as informações, os *clusters* precisam ser acionados para que se leve a uma escala na qual são visíveis os triângulos e, portanto, aumenta-se o nível de detalhamento. Ressalta-se que o número existente no interior do *cluster* (círculo verde) indica a quantidade de triângulos – sejam eles amarelos ou vermelhos – e, portanto, o número de cursos existentes naquela área.



Figura 2: Amostra de navegação do site: localização dos estados brasileiros com a indicação de *clusters* (círculo verde) das instituições que oferecem cursos de graduação e/ou pós-graduação *stricto sensu* em Arqueologia ou em Antropologia/Arqueologia no Brasil, disponível na plataforma digital ARQ-GEO
 Fonte: <https://arqgeo.insod.org/en>

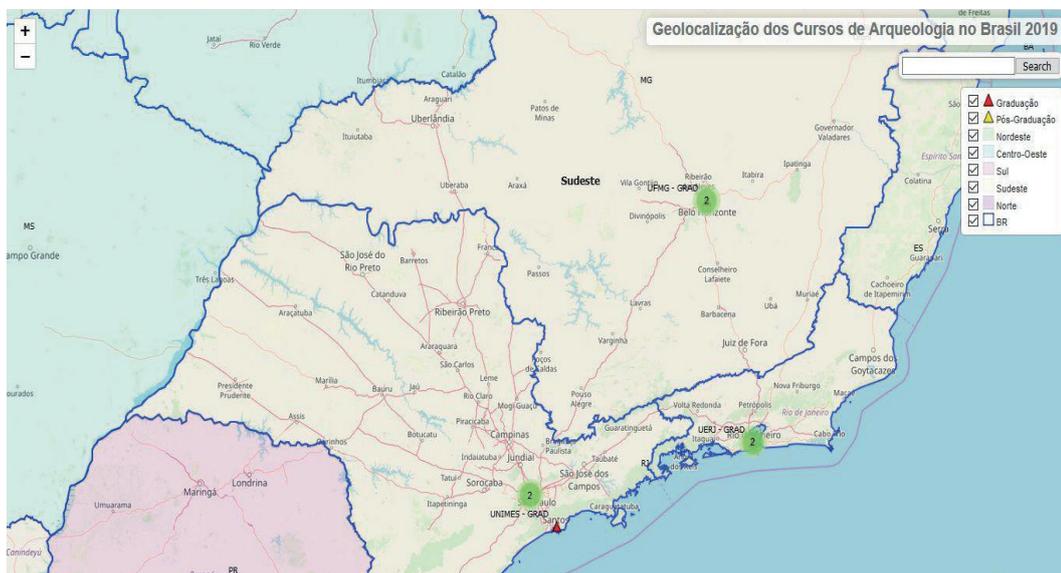


Figura 3: Localização da região Sudeste com a indicação de *clusters* (círculo verde) das instituições que oferecem cursos de graduação e/ou pós-graduação *stricto sensu* em Arqueologia/ Antropologia no Brasil, disponível na plataforma digital ARQ-GEO.
 Fonte: <https://arqgeo.insod.org/en>.

Além de um balanço sobre a institucionalização da Arqueologia em universidades brasileiras, relativo a sua distribuição espacial, áreas de concentração, linhas de pesquisa, etc., os dados disponíveis no Projeto ARQ-GEO possibilitam analisar os 126

procedimentos de acesso à informação, especialmente em uma ação voltada à memória social do conhecimento, com navegação virtual em mais de 60 idiomas.

Esta iniciativa permite contribuir para uma compreensão sistematizada sobre os desafios postos para este campo *in*-disciplinar, relacionando-o com o contexto acadêmico e profissional nacional e internacional. Neste sentido, no presente artigo serão tratados, inicialmente, informações sobre a conformação do campo científico da Arqueologia no Brasil para, na sequência, serem apresentados dados resultantes do Projeto ARQ-GEO, com desdobramentos sobre a continuidade da pesquisa iniciada em 2019.

O CAMPO CIENTÍFICO DA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

A formação e a conformação do campo científico da Arqueologia Brasileira resultam de um longo período de movimentação, disputas e conflitos em torno da produção de conhecimentos. Desde a segunda metade do século XX, está amparado pela formação acadêmica de arqueólogos, especialmente em cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, constituindo um cenário institucional possível de ser mapeado no território nacional.

De acordo com Bourdieu (2004, p. 20), o campo científico é um “universo”, “um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas”, onde “estão inseridos os agentes e instituições que produzem, reproduzem e difundem” a ciência. É um microcosmos de disputas por legitimidade, decisões e narrativas, no qual ao mesmo tempo em que é relativamente autônomo, posto que possui leis próprias, também é submetido a leis sociais que marcam a dinâmica da vida em sociedade. Conforme as posições dos indivíduos e instituições, os agentes tendem a conservar ou transformar a estrutura que marca o campo científico e seu respectivo habitus, isto é, o sistema onde ocorrem as relações sociais de poder que marcam disputas por narrativas, debates epistemológicos, articulações políticas, tomadas de decisão, acesso a recursos para as pesquisas etc.

Apresentadas as ideias básicas sobre a conceituação de campo e habitus, imprescindíveis para a compreensão do funcionamento do campo científico enquanto espaço de conflitos, são pontuadas as características específicas da Arqueologia no contexto mais amplo das ciências humanas e sociais no Brasil. Em um primeiro olhar, o diálogo interdisciplinar marca a sua complexidade e o seu processo de institucionalização desde o século XIX. Luiz de Castro Faria (2000), um dos últimos grandes antropólogos brasileiros de formação holística, baseada no modelo boasiano dos quatro campos clássicos da Antropologia Geral (Antropologia Social ou Cultural, Arqueologia, Bioantropologia e Linguística Antropológica), é um dos exemplos para se compreender o diálogo pujante entre a Antropologia Social e a Arqueologia no país. Na década de 1930, foi fundador do Centro de Estudos Arqueológicos, mais tarde absorvido pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que pela primeira vez conferiu nível acadêmico à Arqueologia no Brasil (BARRETO, 2000, p. 40). Ele entendida a Arqueologia como uma “construção da história cultural de grupos humanos desaparecidos”, e inovou “ao atribuir à arqueologia um importante espaço nas ciências sociais, especialmente junto à antropologia cultural” (GASPAR, 2000, p. 171-2).

O referido pesquisador não se furta ao fato de que parte da história da disciplina esteja atrelada não somente à Antropologia Geral, mas também ao campo da História que, por sua vez, contribuiu de forma significativa para a conformação da Arqueologia no país. Contudo, “apesar de próxima à História”, a Arqueologia Brasileira pouco teria absorvido, até fins do século XX, “da forte influência dos historiadores marxistas ingleses”, e “tampouco da influência francesa dos historiadores da *École des Annales*”, que teria sido presente nas análises críticas das “correntes teóricas recentes da arqueologia internacional” (BARRETO, 2000, p. 41).

A mesma crítica apresentada por Barreto (2000) deve ser percebida como uma via de mão dupla e pode ser feita, a partir da Arqueologia praticada no Brasil, em relação aos historiadores brasileiros que sofreram influências da historiografia britânica e francesa. Ocorre que a relação entre campos do conhecimento científico não pressupõe uma relação de subalternidade da Arqueologia frente a outras disciplinas. Logo, se os arqueólogos não teriam sido tão influenciados pelos historiadores, estes últimos, em sua maioria, também não têm incorporado os aportes da Arqueologia em seus estudos sobre a história do Brasil, limitando-se a uma perspectiva colonialista que exclui, por exemplo, a presença indígena da história nacional. Antropólogos sociais, por seu turno, pouco têm incorporado os aportes da Arqueologia em seus estudos sobre a história indígena, inclusive na produção de laudos judiciais sobre terras tradicionalmente ocupadas, bem como acerca das reflexões feitas sobre patrimônio cultural (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012; 2015).

Ainda segundo a interpretação de Barreto (1998), aqui relativizada e analisada criticamente, no grande campo das Ciências Sociais *stricto sensu*, institucionalizado no Brasil desde a década de 1930, inicialmente em São Paulo, a Arqueologia teria começado a ser dissociada da Antropologia (leia-se Antropologia Geral). Este processo, verificado a partir da década de 1950, quando foi fundada a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em 1955, estaria relacionado, de acordo com a interpretação da autora, a um movimento na Arqueologia que seria mais descritivo e classificatório. Por conta disso, o campo da Arqueologia estaria mais próximo das práticas das ciências naturais e distante epistemologicamente das ciências humanas e sociais no Brasil. Vale ressaltar, contudo, que naquele momento, a Arqueologia estava mais restrita a alguns museus, como o Museu Nacional (Rio de Janeiro), o Museu Paulista (São Paulo) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém), nos quais os profissionais estariam mais dedicados à obtenção de artefatos e à organização de coleções museológicas, o que explica a prática arqueológica naquele momento.

A partir da década de 1960, sobretudo, uma das grandes preocupações da Arqueologia esteve ligada aos debates sobre as origens e o desenvolvimento do povoamento indígena nas Américas e no Brasil. Esta preocupação contou com forte influência dos franceses Joseph Emperaire e Annette Laming-Emperaire, responsáveis pela Missão Arqueológica Franco-Brasileira (1971-1977) e por trabalhos anteriormente realizados na região de Lagoa Santa, Minas Gerais, bem como dos estadunidenses Clifford Evans e Betty J. Meggers, coordenadores do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA, 1965-1970), cujo propósito maior foi apresentar um primeiro panorama arqueológico a respeito da presença indígena pretérita no território nacional (SOUZA, 1991; PROUS, 1992; EREMITES DE OLIVEIRA, 2008; SANTOS, 2015).

Nas décadas de 1960 e 1970, houve a formação da primeira geração de arqueólogos profissionais no Brasil, em grande medida sob influência de arqueólogos estrangeiros. Ainda nos anos de 1970, foi criada uma das primeiras graduações em Arqueologia no país, que funcionou até fins do século XX e meados do XXI na Universidade Estácio de Sá (UNESA), no Rio de Janeiro. A partir daquele momento, passando pela criação e estruturação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) em 1980, foram criadas áreas de concentração e linhas de pesquisa voltadas à Arqueologia em programas de pós-graduação em Antropologia e História: primeiramente na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, e posteriormente, na última década do século XX, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife, e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre.

Mais tarde, no início do século XXI, num contexto nacional marcado pela reestruturação da democracia e pela retomada do crescimento econômico, sobremaneira dentro de um contexto internacional caracterizado pelo neoliberalismo, mundialização do capital e elevação dos preços das chamadas *commodities* (grãos, carnes, minérios, petróleo, etc.), associado às mudanças positivas na legislação brasileira relativa ao licenciamento ambiental, a Arqueologia Brasileira cresceu para dentro e para fora da academia. No contexto da criação de novas universidades públicas, ocorrido a partir de 2003, e no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo governo federal por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, foi constituída a maioria dos novos cursos de graduação e programas de pós-graduação em Arqueologia e Antropologia/Arqueologia no Brasil. Esta última situação ocorreu no horizonte de um movimento oportuno e inovador de reaproximação dos campos clássicos da Antropologia Geral, como verificado na Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel), dentre outras instituições (FERREIRA; CERQUEIRA, 2009; BUENO, 2011; EREMITES DE OLIVEIRA, 2014).

Em fins da década de 1990, existia uma crescente e ativa comunidade de arqueólogos trabalhando em grande parte do vasto território nacional, a maioria nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Havia ainda a presença de umas vinte instituições distribuídas no país, principalmente universidades e museus, que realizavam pesquisas arqueológicas regulares. À época, a própria SAB tinha mais de 150 membros com pós-graduação e muitos estudantes de graduação e pós-graduação envolvidos em pesquisas. Eram quatro as universidades que ofereciam graduação ou pós-graduação *stricto sensu* em Arqueologia no Brasil, já mencionadas anteriormente (UNESA, USP, UFPE e PUCRS), e alguns periódicos especializados, como, por exemplo: Revista de Arqueologia (SAB), Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia (São Paulo), Pesquisas – Série Antropologia (São Leopoldo), Revista do CEPA (Santa Cruz do Sul), Clio – Arqueologia (Recife) e Revista do Museu de História Natural (Belo Horizonte). Periódicos de áreas afins, como Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas (Belém), Fronteiras: Revista de História (Dourados) e Estudos Ibero-Americanos (Porto Alegre), dentre outros, também estavam e seguem abertos a publicações relativas ao campo da Arqueologia.

Para Barreto (1998), essas quantias seriam módicas, porém os números seriam altos para países tidos como periféricos, como o Brasil. A distância temporal de mais de duas décadas, entre o artigo de sua autoria e o tempo presente, indica mudanças 129

substanciais sobre a produção intelectual relativa à Arqueologia Brasileira e, em alguma medida, acerca da dispersão e concentração das áreas ou especialidades do interesse arqueológico. Esta situação também influenciou a existência de cursos de graduação e programas de pós-graduação no país, os quais refletem a conformação de instituições, linhagens e comunidades de arqueólogos. Algumas mudanças do campo podem estar menos relacionadas ao fato de a Arqueologia Brasileira ainda não ser tratada como um campo voltado ao turismo, à exceção, por exemplo, da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí, diferentemente do que acontece em outros países. Somam-se a isso as disputas pela representatividade de identidades na Arqueologia contemporânea.

Não menos importante é indicar que a ampliação do campo da Arqueologia Brasileira também se deu pela crescente garantia legal da pesquisa voltada para o conhecimento, a preservação e a valorização do patrimônio cultural, mais especificamente do patrimônio arqueológico sob risco de destruição em face da construção de empreendimentos dos mais diversos. Desta realidade cresceu a chamada Arqueologia de Contrato ou Arqueologia Preventiva ou outros termos a ela destinados, cuja atividade está mais voltada para o licenciamento ambiental. A demanda apontada também se manifesta sob forma de pressão do mercado de trabalho sobre grande parte da Arqueologia Brasileira, bem como em direção da necessidade da ampliação de atividades relacionadas à museologia e à educação patrimonial, por vezes restritas à ideia de Arqueologia Pública. Isto tudo reflete na ampliação das demandas pelo conhecimento arqueológico no quadro de expansão da urbanização, da implantação de grandes empreendimentos e de obras de aceleração do crescimento econômico. Em artigo de 2011, assinado por Cláudio Angelo, publicado em um jornal de grande circulação nacional, a Folha de S. Paulo, foi indicado que o número de escavações saltou de 5 para 969 entre os anos de 1991 e 2010, o que equivale a um crescimento de 19.300%, ao mesmo tempo em que o número de cursos de graduação em Arqueologia foi multiplicado em dez vezes. Existiam, por aqueles tempos, cerca de 700 arqueólogos atuantes no país (ANGELO, 2011).

Ressalta-se que desde o ano de 2016, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem atuado no aspecto de identificar, quantificar, avaliar e fiscalizar as instituições de guarda dos acervos arqueológicos no país, responsáveis pelos endossos institucionais, cujos dados ainda têm sido conformados e atualizados em um banco de dados, mas que já apontam para a presença de 352 instituições dessa natureza no Brasil (CNIGP/IPHAN, 2019).

Neste contexto mais amplo e complexo, a Arqueologia de Contrato no mundo e no Brasil ocorre em articulação com a lógica da expansão da chamada modernidade e do próprio capitalismo, na qual a Arqueologia oferece serviços profissionais aos projetos de desenvolvimento. Adriana Dias e Cristóbal Gnecco apontaram para as “profundas transformações curriculares” promovidas pela Arqueologia de Contrato em função dos “novos programas de graduação, caracterizados por sua curta duração e sua ênfase técnica, para produzir em massa os arqueólogos que requerem as empresas de contrato” (GNECCO; DIAS, 2015, p. 4). Além disso, as ações de educação patrimonial expõem como a Arqueologia assumiu uma fase corporativa, comercial, de negócios, alinhando certa cumplicidade do campo com a expansão capitalista em um processo de mercantilização do passado.

A AC [Arqueologia de Contrato] é uma descendente tardia, porém legítima, da arqueologia acadêmica contemporânea, não seu produto bastardo, como tem sido retratada de forma rotineira. De fato, a AC tem sido criticada a partir da academia, que fustiga sua falta de rigor profissional e de padrões científicos, a escassa acessibilidade de seus achados e as publicações quase insignificantes que resultam de seus trabalhos. Esta afirmação é paradoxal porque a onda de profissionalização que tem se estendido no meio arqueológico nas últimas duas décadas, especialmente nos países metropolitanos, está claramente relacionada com o crescimento e a disseminação da AC (GNECCO; DIAS 2015, p. 9).

A íntima relação entre uma Arqueologia tida como acadêmica e outra chamada de contrato, cuja dicotomia não é tão binária quanto aparenta ser, reflete a forte influência do capital na produção do conhecimento, sobremaneira no reforço ou no rechaçar de suas bases orientadas por um modelo específico de desenvolvimento acelerado, pactuado internacionalmente. Em grande medida, a Arqueologia manteve estreito relacionamento com os debates sobre a destruição acelerada dos sítios arqueológicos por conta das ondas desenvolvimentistas, seja nos anos de 1960, quando surgiu como disciplina dentro das universidades, seja no tempo presente, com os impactos dos grandes empreendimentos na agenda econômica nacional. A promulgação da Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, também conhecida como “Lei da Arqueologia”, referente à proteção dos sítios arqueológicos brasileiros, criou a necessidade da formação de quadros profissionais para proteção deste patrimônio, até então desconhecido. Contudo, o modelo de uma Arqueologia acadêmica desenvolvido no contexto do regime militar (1964-1985), uma ditadura cívico-militar que assolou o Brasil por longuíssimos 21 anos, esteve marcado por distanciamentos epistemológicos e, ademais, conformado pelas críticas sociais e políticas àquele contexto autoritário (GNECCO; DIAS, 2015, p. 11).

Em oposição à uma Arqueologia regida pela lógica do capital, cada vez mais tem sido discutida a pluralidade de abordagens, as múltiplas perspectivas e a relevância da função social da pesquisa em ambiente acadêmico. Isto tem sido feito de modo a por em xeque tanto a alienação da própria academia, quanto a alienação do capital, especialmente pela ampliação da Arqueologia Preventiva e sua relação acrítica e instrumental entre a ciência e o contrato (EREMITES DE OLIVEIRA, 2016). O resultado destas imbricações expõe o aumento significativo de novos cursos de graduação e de pós-graduação *lato e stricto sensu*, alguns com formação prioritariamente técnica, focada na absorção de mão de obra pelo mercado de trabalho, o que influencia, inclusive, as definições dos currículos disciplinares.

Os arqueólogos contratados, vinculados a um capitalismo em seu auge, têm perdido independência e capacidade crítica e trabalham com projetos de desenvolvimento que afetam, negativamente, aos direitos humanos e da natureza. Além disto, a AC [Arqueologia de Contrato] está transformando, rapidamente, os projetos de pesquisa e, inclusive, traçando os caminhos da disciplina no país (GNECCO; DIAS 2015, p.13).

Parte desta esfera de contendas reverbera em conflitos políticos, corporativos e geracionais, observáveis, por exemplo, nos questionamentos sobre a autoridade científica dos arqueólogos, a relevância científica e social da disciplina e as estruturas epistemoló-

gicas universalizantes que marcam a conformação do campo da Arqueologia no Brasil. Para Rocha *et al.* (2013, p. 131), autores do “Manifesto Arqueologia pelas Gentes”, ainda há esperanças porque “nosso primeiro compromisso é com as gentes, não o capital”.

Em linhas gerais, o que se percebe são conflitos que remetem às origens e ao desenvolvimento de um longo e dinâmico processo de institucionalização do campo da Arqueologia nesta parte da América do Sul, haja vista que “a Arqueologia Brasileira estaria mais voltada para um projeto de ‘construção do Estado’ (*State-building*) do que para um projeto de ‘construção da nação’ (*nation-building*)”, como assinalado por Eremites de Oliveira (2015, p. 360).

A FORMAÇÃO EM ARQUEOLOGIA NO BRASIL E OS DADOS DO PROJETO ARQ-GEO

A formação científica de arqueólogos no Brasil, com recorte dedicado a cursos de graduação, de modo a considerar tanto as suas origens quanto a constituição de seus currículos e o desenvolvimento da disciplina, tem sido tema de várias publicações. Em uma das mais reconhecidas e citadas, Márcia Bezerra assim explica as origens dos cursos de bacharelado no país:

O primeiro curso de Graduação em Arqueologia no país foi criado pelo parecer 1.591/75 do Conselho Federal de Educação [CFE], que autorizou o seu funcionamento na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon/FAMARO, no Rio de Janeiro. De acordo com Mendonça de Souza (1991: 124), o curso da FAMARO gerou pressões contrárias de toda a natureza, pois pesquisadores e instituições temiam ver ameaçada a “estrutura sistólica então vigente” (op.cit.). Logo após o seu segundo vestibular, em decorrência de uma série problemas internos, a FAMARO sofreu intervenção do CFE e os cursos – Arqueologia e Museologia – passaram a ser mantidos pela FINES [Faculdades Integradas Estácio de Sá] (idem). O curso da Estácio de Sá foi autorizado pelo parecer 3.412/1975 em 01/09 de 1975, reconhecido pela Portaria 574 de 13/10/1981 e entrou em processo de extinção no início dos anos 2000. Com o fechamento do curso encerrou-se um capítulo na história da formação de arqueólogos no Brasil, mas não se abandonou a idéia da graduação como um dos loci do ensino da disciplina (BEZERRA, 2008, p. 140).

Sendo o primeiro e até então o curso de maior longevidade a encerrar suas atividades, a graduação em Arqueologia oferecida pelas antigas Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES), atual Universidade Estácio de Sá (UNESA), formava uma média de 20 bacharéis por ano. Paradoxalmente, após o encerramento do processo da abertura de novas turmas, em fins do século XX, este número aumentou exponencialmente para as universidades que abriram novos bacharelados a partir dos anos 2000. O incremento ocorreu em um contexto nacional marcado pelo crescimento da Arqueologia de Contrato e a expansão e reestruturação das universidades federais, como explicado anteriormente. A partir de então, na primeira década do século XXI foram inicialmente criados outros cursos de graduação em Arqueologia, sendo inicialmente 8 em Arqueologia e 2 em Antropologia com habilitação ou linha de formação em Arqueologia: Universidade do Estado do Amazonas (UEAM), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal 132

do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás – antiga Universidade Católica de Goiás, UCG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Em 2008, 5 cursos tiveram a autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação (MEC), o que expõe o “boom” da graduação na área, como explica Bezerra (2008, p. 140). A partir daquele mesmo ano, foram oferecidos pelo menos 8 cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*), 8 mestrados (USP, UFPI, UFPE, UFS, UFRJ, UFMG, UFPA e UFPel, sendo que nas três últimas instituições o campo da Arqueologia consta como área de concentração em Antropologia) e 5 doutorados (USP, UFPE, UFPA, UFS, UFMG e UFPel). Em artigo de 2017, dados atualizados são apresentados:

No Brasil são 13 os cursos de graduação (ou com linha de formação ou habilitação) em arqueologia cadastrados pelo MEC. [...] Desde 2007 foram criados onze dos treze cursos de arqueologia atualmente credenciados pelo MEC e sete dos nove Programas de Pós-Graduação em (ou com área de concentração em) arqueologia (RIBEIRO et al., 2017, p. 1101).

Não é menos forçoso retomar o assunto sobre os deslocamentos da Arqueologia da esfera acadêmica para a esfera empresarial. Isto porque a ampliação da demanda por profissionais qualificados em nível de graduação e pós-graduação se deu, fundamentalmente, a partir da década de 1990. Decorreu, em grande medida, como reflexo da promulgação da Resolução CONAMA 001/1986 e seus desdobramentos, que atrelou o patrimônio arqueológico à legislação de proteção ambiental, de forma a gerar as bases para a emergência da Arqueologia de Contrato no país (GNECCO; DIAS, 2015, p. 12). Foram as disputas pelo patrimônio arqueológico, feitas por distintos grupos, “somadas à destruição de sítios arqueológicos”, que constituem o “fator determinante no crescimento da demanda por profissionais da Arqueologia” (BEZERRA, 2008, p. 150). Afora o avanço da legislação nacional referente à inclusão do patrimônio arqueológico nos estudos voltados para o licenciamento ambiental, houve ainda uma articulação política, protagonizada por diferentes agentes, para a expansão da graduação e da pós-graduação em Arqueologia. Fosse de outra maneira, apenas em decorrência do crescimento da Arqueologia de Contrato, existiriam bacharelados, mestrados e doutorados em universidades onde desde muito tempo havia profissionais de Arqueologia trabalhando em atividades de ensino, pesquisa e extensão, na quais as propostas de novos cursos não prosperaram. O caso da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que poderia ter abrigado a primeira e única graduação em Antropologia/Arqueologia numa universidade pública sediada no Centro-Oeste, análoga aos bacharelados da UFMG e UFPel, serve para dirimir eventuais dúvidas sobre o assunto e chamar a atenção para a complexidade da questão (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014). A bem da verdade, a expansão das graduações e dos programas de pós-graduação em Arqueologia e Antropologia/Arqueologia também se deu no âmbito das articulações políticas bem-sucedidas em várias universidades brasileiras. Contou com o apoio, inclusive, de antropólogos sociais, geógrafos, historiadores, museólogos e outros profissionais de áreas afins, incluindo pessoas em posição de poder para viabilizar a aprovação 133

das propostas, como verificado na UFMG e na UFPel, dentre outras instituições federais de ensino superior (FERREIRA, CERQUEIRA, 2009; BUENO, 2011).

Tomado o intervalo de 2008 a 2019, isto é, desde a publicação do trabalho de Bezerra (2008) até o tempo presente, equivalente a pouco mais de uma década, pode-se contribuir com o debate em tela por meio dos dados sistematizados pelo Projeto ARQ-GEO. As informações disponíveis na plataforma evidenciam, através do tempo e espaço, o processo histórico de conformação e de institucionalização da Arqueologia Brasileira. Do ponto de vista espacial, em que se analisa a dispersão dos cursos de bacharelado, mestrado e doutorado nas regiões do país, nota-se que houve certa tendência na superação da concentração outrora verificada no Sudeste, especialmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, equivalente a 10,86% do território brasileiro e a 42,05% da população total, considerado o Censo de 2010 e as projeções demográficas para 2019. A desconcentração é especialmente verificada rumo ao Nordeste, que equivale a 18,25% da área e 27,16% da população do país, para onde houve o deslocamento de parte importante da formação científica dos arqueólogos brasileiros. Na região Sul, que totaliza 6,77% do território e 14,26% da população nacional, apenas no Rio Grande do Sul a Arqueologia se faz presente em dois bacharelados e em um programa de pós-graduação, com mestrado e doutorado, distantes entre si em cerca de 60 km na metade Sul do estado. Não obstante, verifica-se que na região Centro-Oeste, que corresponde a 18,86% de todo o território e 7,76% da demografia nacional, superada apenas pela região Norte, com 45,26% da extensão territorial e 8,77% população do Brasil, a Arqueologia se faz presente em apenas um bacharelado, oferecido por uma universidade confessional, a PUC Goiás, porém está ausente em todas as instituições federais e estaduais de ensino superior. O Norte, por sua vez, passou contar com cursos de graduação e um programa de pós-graduação *stricto sensu*. Esta assimetria territorial também tem a ver com o tamanho da população em cada região, quantidade de estados que abriga, número de universidades existentes e outras questões, como o interesse institucional em estrategicamente expandir o ensino superior para além das carreiras mais conhecidas. De todo modo, as regiões mais populosas, como o Sudeste e o Nordeste, passaram a abrigar o maior número de bacharelados, mestrados e doutorados, com certo destoar em termos demográficos se comparado com a população do Sul e o número de cursos que a região abriga (Figura 1).

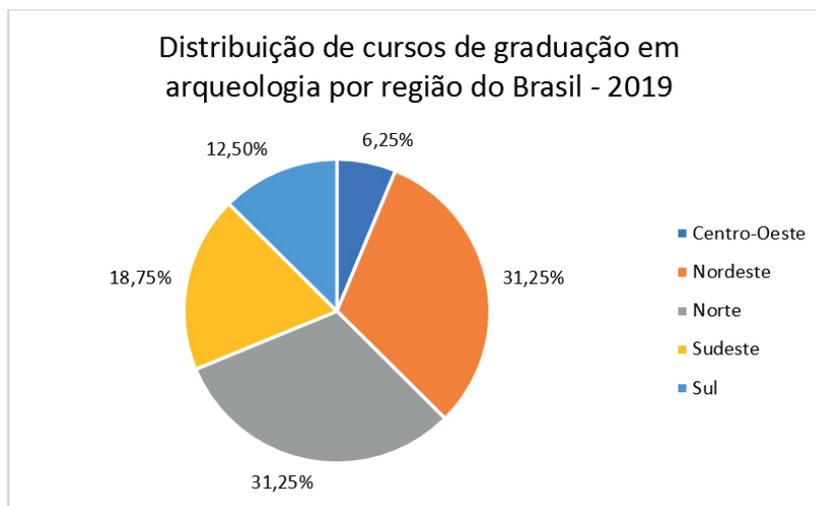


Figura 1: Distribuição de cursos de graduação em arqueologia por região do Brasil em 2019
 Fonte: <https://arqgeo.insod.org/en>.

Até o ano de 2019, tem-se um total de 16 cursos de graduação que formam arqueólogos em universidades brasileiras, a saber: UFPI, PUC Goiás, UNEB (Universidade do Estado da Bahia), UEAM, UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), UFMG, UFPE, UFPel, UNIR, UFS, UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará), FURG, UNIVASF e UNIMES (Universidade Metropolitana de Santos), sendo que a graduação desta última instituição é informada no sítio eletrônico da entidade. A distribuição dos cursos por estado e região da Federação podem ser visualizados nas Figuras 1 e 2.

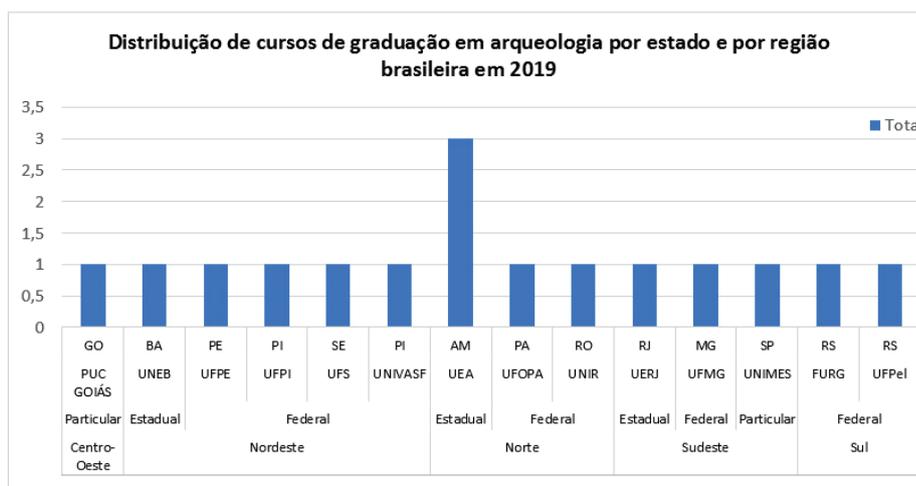


Figura 2: Cursos de graduação em Arqueologia por estado brasileiro em 2019
 Fonte: <https://arqgeo.insod.org/en>.

Do total de 16 cursos de graduação em Arqueologia, 2 eram em Antropologia com habilitação ou linha de formação em Arqueologia. No tempo presente, contudo, apenas o da UFMG continua nesta modalidade, pois o da UFPel foi transformado em bacharelado em Arqueologia, o que ocorreu em fins de 2019 e assim passou a funcionar em 2020. Esta situação indica que o campo da Arqueologia Brasileira busca autonomia em termos de graduação, visto as exigências constantes na Lei nº 13.653/2018, que reconhece os bacharéis em Arqueologia como profissionais. Esta pode ser uma tendência a ser constatada em certos programas de pós-graduação, nos quais pode haver certa tensão entre agentes ligados aos campos da Antropologia Social e da Arqueologia. Eventuais separações das áreas, caso ocorram, não denotam, necessariamente, rupturas epistemológicas.

Considerando 100% das graduações, observa-se que todos os cursos são bacharelados na modalidade presencial, pois no Brasil as licenciaturas são destinadas à formação de docentes que atuam no ensino básico. Apenas 2 cursos são ofertados em instituições particulares, sendo um na cidade de Santos, estado de São Paulo (UNIMES) e outro em Goiânia, estado de Goiás (PUC Goiás), o que perfaz 12,50% do total. Assim, dos 87,50% ou 14 cursos referentes ao ensino superior público, 9 são ofertados em instituições federais (UFPI, UFMG, UFPel, UFPE, UNIR, UFS, UFOPA, FURG e UNIVASF) e 5 em instituições estaduais (UNEB, UEA e UERJ), totalizando uma porcentagem de 56,25% de instituições federais e 31,25% de estaduais (Figura 3).

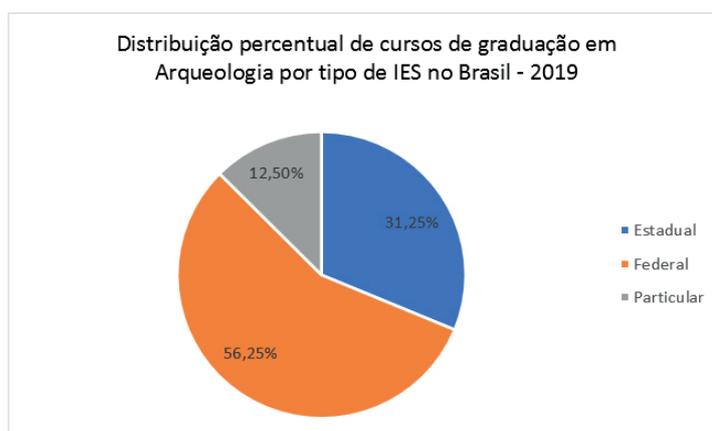


Figura 3: Distribuição percentual de cursos de graduação em arqueologia por tipo de IES no Brasil em 2019

Fonte: <https://arqgeo.insod.org/en>.

Em relação à distribuição por regiões do Brasil, os dados de 2019 apontam para uma redistribuição da oferta de graduação não mais concentrada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, a saber: 31,25% estão no Nordeste, 31,25% do Norte, 18,75% no Sudeste, 12,50% no Sul e 6,25% no Centro-Oeste. Do ponto de vista temporal, ob-

serva-se uma mudança significativa em relação à década anterior, posto que em 2005, durante no XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, havia a indicação da necessidade geral de formação de profissionais em Arqueologia no Brasil, mais especificamente na região Norte. À época, havia apenas uma pessoa associada à SAB residente no estado de Rondônia, um quadro oposto ao do Sudeste que, tradicionalmente, era uma região com maior índice de pesquisadores, sendo 69 em 1982 e 108 em 2008 (BEZERRA, 2008, p. 146-7).

Do início de 2008, quando existiam 9 cursos de graduação em Arqueologia, para os 16 cursos em 2019, deu-se um aumento de 78% em 11 anos. Nesse tempo, nenhum curso de graduação em Arqueologia foi encerrado, de modo que se mantiveram os cursos já existentes e outros tantos foram criados. Observa-se ainda que neste período se destaca a ampliação da oferta em relação às regiões Sudeste e Norte, sendo menos favorecido o Centro-Oeste, região onde o patrimônio arqueológico sofre grandes impactos devido à instalação de grandes empreendimentos, principalmente os agropecuários. A região Sul, que esteve à frente nas pesquisas arqueológicas, especialmente se considerada a história da disciplina ao longo do século XX, não obteve destaque nesta ampliação da graduação nos últimos anos.

A mudança em relação à distribuição espacial da oferta de vagas para a graduação em Arqueologia representa, em alguma medida, a tendência em melhor conhecer, proteger e valorizar o patrimônio arqueológico nacional. Neste contexto multirregional, um novo perfil de estudantes de graduação e egressos dos bacharelados tem surgido na Arqueologia, comumente constatado em eventos acadêmicos desde os anos 2000. Temas como ética profissional, sustentabilidade, socialização do conhecimento arqueológico, arqueologia de base comunitária, patrimônio cultural e direitos humanos têm tomado espaço na produção intelectual. Significa dizer que a relevância social é cada vez mais uma exigência da prática arqueológica intra e extramuros da academia.

Do ponto de vista da pós-graduação, os dados do Projeto ARQ-GEO se concentraram na modalidade *stricto sensu*, ou seja, nos cursos de mestrado e doutorado, os que formam profissionais reconhecidos como arqueólogos em conformidade com a Lei nº 13.653/2018. Até o ano de 2019, tem-se um total de 10 programas de pós-graduação no Brasil, sendo que 10 oferecem o curso de mestrado e 7 os cursos de mestrado e doutorado, a saber: UFS (mestrado e doutorado), UFPI (mestrado), USP (mestrado e doutorado), UFMG (mestrado e doutorado), UFPel (mestrado e doutorado), UFPE (mestrado e doutorado), UNIVASF (mestrado), UFPA (mestrado e doutorado), UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Baía (mestrado) e UFRJ (mestrado e doutorado). Sua distribuição por estado e região da Federação pode ser visualizada nas Figuras 4 e 5:

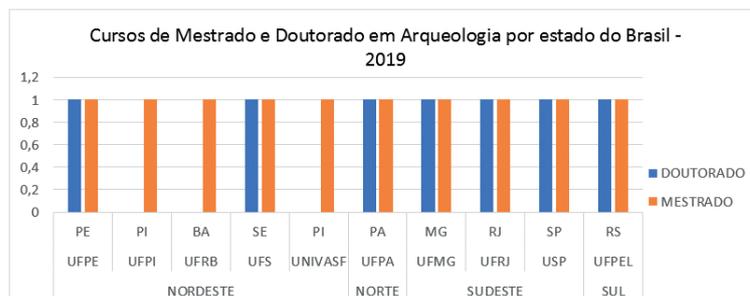


Figura 4: Cursos de mestrado e doutorado em Arqueologia e Antropologia/Arqueologia por estado brasileiro em 2019
 Fonte: <https://arqgeo.insod.org/en>.

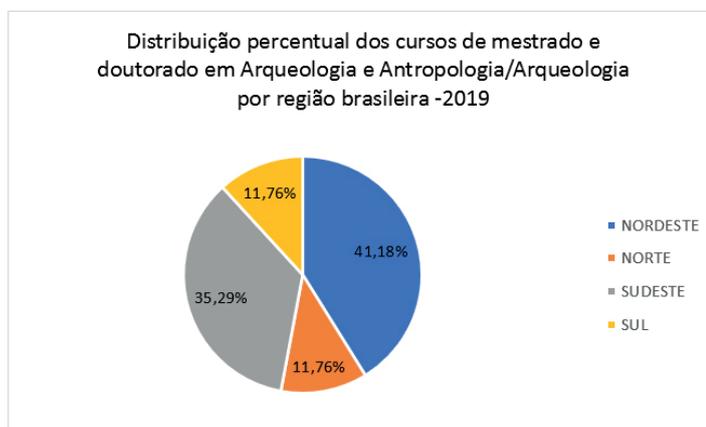


Figura 5: Cursos de mestrado e doutorado em Arqueologia e Antropologia/Arqueologia por região brasileira em 2019
 Fonte: <https://arqgeo.insod.org/en>.

Do total atual de 17 cursos de mestrado e doutorado em Arqueologia e Antropologia/Arqueologia no Brasil, distribuídos em 10 programas de pós-graduação (PPGs), 100% estão sediados em instituições públicas de ensino superior: apenas 2 são mantidos por uma universidade estadual (USP), o que equivale a 11,7%, enquanto 15 ocorrem em universidades federais, perfazendo 88,2% do total. Os cursos da USP foram fundados em 1989, sendo os primeiros da pós-graduação em Arqueologia no Brasil e os únicos instituídos antes dos anos 2000.

Tratando-se da Avaliação Quadrienal 2017 da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e das notas posteriormente atribuídas a novos programas, dos 10 PPGs atualmente existentes no território nacional, tem-se a seguinte configuração: 3 estão com nota 3 (mestrados da UFPI, UNIVASF e UFRB, sendo que apenas o primeiro foi objeto da Avaliação Quadrienal 2017), 4 foram avaliados com o conceito 4 (UFS, UFRJ, UFMG e UFFel) e 3 atingiram a nota 5 (USP, UFPE e UFPA), de modo que as maiores notas (6 e 7) ainda não foram atingidas por nenhum deles. As notas 6 e 7 geralmente são destinadas a poucos PPGs de excelência, aqueles que atingem a nota 5 e possuem um destaque a mais nos quesitos internacio-

nalização, nucleação e solidariedade. De todo modo, o debate sobre a excelência dos PPGs é tema complexo que não se esgota neste artigo, pois envolve critérios de avaliação que podem ser alterados periodicamente, conforme decisão da CAPES. No caso dos programas com nota 5, um está sediado no Sudeste, outro no Nordeste e um terceiro no Norte, o que demonstra certo equilíbrio regional na posição. Importa ressaltar que o PPG em Antropologia da UFPA, o único até então inspirado nos quatro campos clássicos da Antropologia Geral, que abriga uma área de concentração em Arqueologia e está localizado na Amazônia, apresentou métricas bastante consistentes na Avaliação Quadrienal 2017, destacando-se no cômputo geral de toda a Área de Antropologia e Arqueologia da CAPES (EREMITES DE OLIVEIRA, 2018).

Em relação à distribuição dos cursos de mestrado e doutorado por regiões do Brasil (Figura 5), os dados de 2019 apontam para uma redistribuição da oferta de pós-graduação não mais concentrada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, assim como na graduação. Contudo, ainda não contempla todas as regiões do país, de modo que se tem as regiões Nordeste com 41%, Sudeste com 35%, Norte e Sul com 12% cada, e o Centro-Oeste com 0%. Do ponto de vista temporal, observa-se uma mudança significativa em relação à década anterior, uma vez que em 2008, quando existiam 9 cursos de pós-graduação em Arqueologia, sendo 6 de mestrado e 3 de doutorado, para os 17 cursos em 2019, sendo 10 de mestrado e 7 de doutorado, deu-se um aumento de 52,9% em 11 anos. Vale lembrar que a área de concentração em Arqueologia do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE foi transformada em programa autônomo. Além disso, encerrada a área de concentração homônima que havia no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Portanto, os dois PPGs em História não constam na Área de Antropologia e Arqueologia da CAPES. Assim, mantiveram-se os cursos da USP (mestrado e doutorado), UFPE (mestrado e doutorado), UFRJ (mestrado) e UFPI (mestrado), UFMG (mestrado), e foram abertos outros na UFS (mestrado e doutorado), UFPel (mestrado e doutorado), UFPA (mestrado e doutorado), UFMG (doutorado), UFRJ (doutorado), UFRB (mestrado) e UNIVASF (mestrado).

Faz-se necessário pontuar que profissionais ligados à Arqueologia Brasileira também atuam em outros PPGs existentes no território nacional, como nos de História da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), PUCRS e Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), bem como no de Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, dentre tantos outros distribuídos no país. Ocorre que a Arqueologia mantém forte tradição de interação com áreas afins, disciplinares e indisciplinadas, e por este motivo a formação pós-graduada de arqueólogos brasileiros também perpassa por outros campos do conhecimento científico.

A realidade apontada também sugere a necessidade da dispersão e ampliação de recursos financeiros e da infraestrutura acadêmica para a pesquisa em Arqueologia, especialmente em se tratando da presença de recursos-humanos, laboratórios, equipamentos, bibliotecas e projetos de pesquisa. Os dados apresentados pelo IPHAN sobre as 352 instituições de guarda e pesquisa arqueológica existentes no Brasil (Figura 6) demonstra, entretanto, a permanência da concentração nas regiões Sudeste, com 111 instituições (31,53%), seguido do Nordeste, com 95 instituições (26,98%), do Sul com 84 instituições (23,86%), do Centro-Oeste com 33 instituições (9,37%) e do Norte com 29 instituições (8,23%). Estes dados, portanto, são contraditórios àqueles apre-

sentados em relação à graduação e a pós-graduação em Arqueologia e Antropologia/ Arqueologia. Se tomados os dados de que em 1982 eram 20 instituições relacionadas à pesquisa arqueológica, tem-se um crescimento expressivo em 37 anos (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 33).

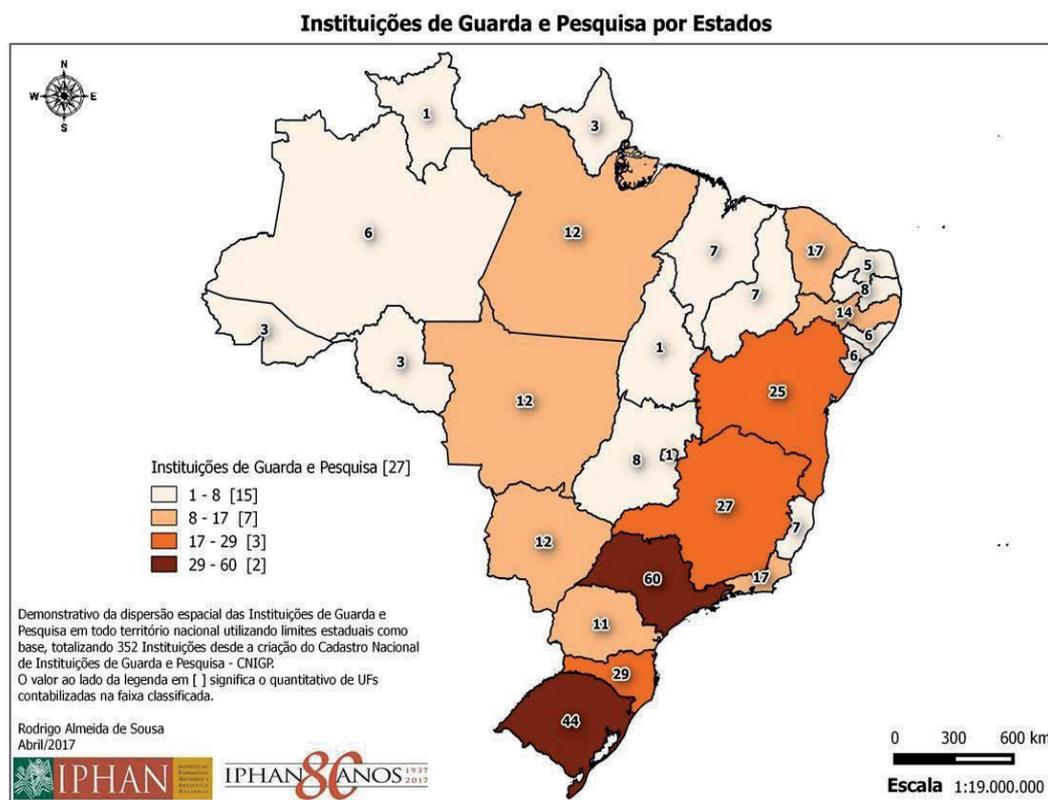


Figura 6: Distribuição das instituições de guarda e pesquisa de acervo arqueológico por estado brasileiro em 2019. Fonte: CNIGP/IPHAN.

Os dados analisados pelo Projeto ARQ-GEO indicam que a graduação não tem sido mais o *locus* principal de formação dos arqueólogos, como indicado por Bezerra (2008), posto que há uma tendência ao equilíbrio proporcional da ampliação dos cursos de pós-graduação na área, uma vez que em 11 anos o crescimento da graduação é de 56,25%, enquanto o da pós-graduação é de 52,9%. Contudo, se contrastados os dados apresentados pelo IPHAN, os objetivos para a formação de arqueólogos colocam em questão a finalidade acadêmica e a pesquisa de contrato. O geoprocessamento dos dados da formação em Arqueologia no Brasil demonstra ainda grandes lacunas e áreas invisibilizadas no tocante à amplitude do território nacional. A proeminência de cursos presenciais, sendo a maioria oferecidos em instituições públicas, demonstra a trajetória de conformação do campo científico da Arqueologia, que antes esteve invariavelmente atrelado às graduações em Antropologia e História. Constata-se a descentralização na dispersão dos cursos de graduação e pós-graduação para as regiões norte e nordeste do país, o que ainda não é suficiente. Ademais, a região Centro-Oeste chama a atenção pelas carências em se tratando da formação profissional em Arqueologia.

De forma geral, o interior do Brasil, para além das regiões metropolitanas e áreas litorâneas onde está concentrada a maior parte da população, necessita de maior investimento em relação à formação de arqueólogos. Trata-se justamente de espaços onde ocorrem grandes conflitos no tocante à preservação e valorização do patrimônio arqueológico, seja ligado ao passado indígena pré-colonial, seja ligado a temporalidades iniciadas a partir do encontro colonial. Detendo-se ainda mais aos dados, constata-se que há estados onde não consta a existência de cursos em nível de graduação ou pós-graduação *stricto sensu* em Arqueologia e Antropologia/Arqueologia: Norte – Acre, Amapá, Roraima e Tocantins (4 dos 7 estados); Nordeste – Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas (5 dos 9 estados); Centro-Oeste – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2 dos 3 estados); Sudeste – Espírito Santo (1 dos 4 estados); Sul – Paraná e Santa Catarina (2 dos 3 estados). Portanto, do total de 26 estados brasileiros, 15 (57,69%) não possuem formação acadêmica para arqueólogos, o que denota a existência de assimetrias regionais, que são intrínsecas à institucionalização do campo da Arqueologia Brasileira e suas repercussões no território nacional.

Os dados apresentados indicam a necessidade de reflexão sobre o longo caminho ainda a percorrer no campo da Arqueologia Brasileira, no sentido de promover simetrias e desconcentrações em relação às hegemonias de produção do conhecimento, dentre outros desafios. Atenção especial deve ser dada à diversidade do patrimônio arqueológico existente no território nacional, à amplitude dos impactos decorrentes da implantação de grandes empreendimentos e ao planejamento das universidades brasileiras quanto à abertura de novos cursos, sobretudo no sentido de serem instituições estratégicas para a promoção do desenvolvimento econômico com inclusão social.

Nesta linha de argumentação, constata-se a inexistência de um estudo mais abrangente e detalhado sobre o campo da Arqueologia no Brasil, a exemplo da obra “O campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios”, organizado por Feldman-Bianco e Simião (2018). A falta é especialmente verificada, por exemplo, na ausência de dados sistematizados sobre a procura por cursos de graduação e pós-graduação, o número de egressos dos bacharelados, mestrados e doutorados e sua inserção no mercado de trabalho e distribuição no território nacional, a comparação entre os projetos pedagógicos curriculares, etc. O próprio Projeto ARQ-GEO pode ser aperfeiçoado e servir de inspiração para um trabalho mais aprofundado desta natureza, que será útil para fins de avaliação e planejamento do processo de institucionalização da Arqueologia Brasileira.

CONCLUSÃO

Diante das discussões aqui apresentadas, registra-se a relevância do Projeto ARQ-GEO para promover a mediação não apenas entre o conhecimento sobre a formação de profissionais em Arqueologia e o *locus* de produção de conhecimento neste campo, mas também para incentivar e registrar a história e a memória científica, fomentando discussões sobre a identidade coletiva dos profissionais.

As possibilidades de interpretação dos dados, do ponto de vista temporal e espacial, permitem elucubrações no tocante às origens e desenvolvimento da Arqueologia Brasileira, um balanço do ensino e da pesquisa da disciplina, os múltiplos interesses no exercício da profissão e o incremento dos cursos de graduação e pós-gra-

duação, de modo a vislumbrar impasses e contribuições que apontam para caminhos e trajetórias da disciplina.

O Projeto ARQ-GEO deixa um campo aberto de possibilidades de participação com a comunidade acadêmica e a possibilidade de ampliação dos dados e das análises aqui apresentadas, que poderão dar vazão a questões relacionadas aos caminhos da graduação e da pós-graduação em Arqueologia no Brasil. Exemplo disso reside na valorização da docência, especialmente no contexto de regulamentação da profissão e da necessidade de se repensar a atuação profissional dos arqueólogos em âmbito acadêmico e de contrato. A continuidade do Projeto ARQ-GEO aponta para a incorporação de dados a respeito dos currículos dos cursos, o que contribuirá para a análise sobre a priorização de subáreas temáticas de crescimento dentro do campo da Arqueologia Brasileira, como, por exemplo, o subcampo ou especialidade da chamada Arqueologia Histórica. Também contribuirá à interpretação do equilíbrio entre a formação teórica e prática em Arqueologia, confirmação ou não da primazia do aspecto técnico e tecnológico, análise do desempenho dos cursos de graduação a partir do conceito do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), bem como sobre a relação com as disciplinas de Antropologia Social e História.

Os desdobramentos da crise econômica, política e social verificada no cenário nacional nos últimos anos, especialmente desde 2014, com agravamento em 2016 e 2018, e visíveis pioras até agosto de 2020 (quando este artigo foi publicado) por conta da pandemia de Covid-19 e das ameaças de ruptura com o Estado Democrático de Direito, ainda são difíceis de avaliação no calor dos acontecimentos. Mesmo assim, é certo que atingem direta e negativamente o campo da Arqueologia Brasileira, seja na academia, seja fora dela, sobretudo em termos de institucionalização, oferta de emprego, trabalho e renda, realização de pesquisas e preservação do patrimônio cultural frente a eventuais retrocessos na legislação ambiental e outros prenúncios de tempos piores. Em que medida este cenário afetará a graduação e a pós-graduação em Arqueologia e Antropologia/Arqueologia é tema a ser analisado mais à frente.

Entender a Arqueologia no Brasil é, em grande medida, analisar as mudanças em relação a sua prática científica a partir de sua interação com a sociedade em seu tempo. Desta forma, pode-se inferir que o uso de suportes digitais para o registro da memória informacional da ciência incentiva e promove, pois, o acesso a discussões relevantes para a compreensão das trajetórias dos coletivos de arqueólogos brasileiros em várias gerações. Oxalá que tenhamos tido sucesso em contribuir com esta discussão!

THE ARQ-GEO PROJECT: INFORMATIONAL MEMORY AND GEOPROCESSING IN ARCHEOLOGY

Abstract: this article presents the first results of the ARQ-GEO Project, thought and developed in 2019 for the Society of Brazilian Archeology (SAB), whose main objective concerns the organization of information on professional training in the field of Archeology in the country. Through a program created and available on the platform <<https://arqgeo.insod.org/en>>, it became possible to access statistical information and the use of geolocation tools on undergraduate, master and doctorate courses in Archeology and Anthropology/Archeology existing in Brazil. The initiative favors discussions on institutional aspects of professional training and the procedures for access to information for a social memory of science.

Keywords: *Brazilian Archeology. Geoprocessing. History of Science. Organizational Memory. GIS/GIS.*

Notas

1 A regulamentação da profissão de arqueólogo, obtida com a promulgação da Lei n. 13.653/2018, decorrente do PL n. 1.119/2015, perpassou, nos últimos anos, por três gestões da SAB (2014-2015, 2016-2017 e 2018-2019), associação científica que acompanhou a tramitação da proposta e teve destacado protagonismo nesta conquista coletiva. Uma memória sobre o assunto, que remota a fins da década de 1970 e chega até o tempo presente, consta registrada em um vídeo publicado no YouTube por Jorge Eremites de Oliveira (2020), presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira à época em que a lei foi sancionada pela Presidência da República.

Referências

- ANGELO, C. Com pouco controle, arqueologia vive explosão no Brasil. *Folha de São Paulo*, 10 jul. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1007201101.htm>. Acesso em: 11 dez. 2019.
- AKINRULI, S. A.; AKINRULI, L. C. M. C.; EREMITES DE OLIVEIRA, J. Access to information and organizational memory using GIS geoprocessing methods in archeology. In: GARCÍA, M. G.; MARTÍN-PENA, D. (org.). *Identidade y cultura. Creación del conocimiento*. Zaragoza: Universidad Zaragoza; Ediciones Egregius, 2020. p. 35-58. (Colección Comunicación e Información Digital, v. 23).
- AKINRULI, S. A.; AKINRULI, L. C. M. C.; EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Projeto ARQ-GEO*. 2019. Disponível em: <https://arqgeo.insod.org/en>. Acesso em: 03 set. 2019.
- AZEVEDO NETTO, C. X. de (org.). *Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2015.
- BARRETO, C. Brazilian archaeology from a Brazilian perspective. *Antiquity*, v. 72, n. 277, p. 573-581, 1998.
- BARRETO, C. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3, p. 201-212, 1999.
- BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista da USP*, v. 44, n. 1, p. 32-51, 2000.
- BEZERRA, M. Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, p. 139-154, 2008.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Edunesp, 2004.
- BUENO, L. (ed.). Temas e debates: como se formam arqueólogos no Brasil. *Arqueologia em Debate. Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, n. 3, p. 6-29, 2011.
- CADASTRO Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP/IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1429>. Acesso em: 30 dez. 2019.

- CASTRO FARIA, L. de. *Antropologia: escritos exumados 2: dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: EDUFF, 2000.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. A Arqueologia Brasileira da década de 1980 ao início do século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXVIII, n. 2, p. 25-52, 2002.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Arqueologia Pantaneira: história e historiografia (1875-2000)*. Dourados: Ed. da UFGD, 2008.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. *Espaço Ameríndio*, v. 6, p.178-218, 2012.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Jus Sperniandi: proposta de criação de uma graduação em Antropologia em Mato Grosso do Sul, Brasil. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 11, p. 9-43, 2014.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. (Re)aproximando os campos da antropologia social e da Arqueologia no Brasil: etnoarqueologia em laudos antropológicos judiciais sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J.; MURA, F.; SILVA, A. B. da (org.). *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília: ABA, 2015. p. 234-261.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Arqueologia de contrato, colonialismo interno e povos indígenas no Brasil. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 7, p. 354-374, 2016.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Relatório da Coordenação da Área de Antropologia e Arqueologia na CAPES sobre a Avaliação Quadrienal 2013-2016*. Pelotas: CAPES, 2018. (não publicado) Disponível em: https://www.academia.edu/35853108/2018_-_Relatório_da_Coordenação_da_Área_de_Antropologia_e_Arqueologia_na_CAPES_sobre_a_Avaliação_Quadrienal_2013-2016. Acesso em: 22 mar. 2020.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Regulamentação da profissão de arqueólogo no Brasil*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sL5AmQSiFQk>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- FELDMAN-BIANCO, B; SIMIÃO, D. S. (org.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: ABA, 2018.
- FERREIRA, L. M. *Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010.
- FERREIRA, L. M.; CERQUEIRA, F. V. A Graduação em Arqueologia na UFPel: um currículo na interface entre Arqueologia e Antropologia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.19, p.79- 86, 2009.
- FUNARI, P. P. A. Brazilian archaeology and world archaeology: some remarks. *World Archaeological Bulletin*, n. 3, p. 60-68, 1989.
- FUNARI, P. P. A. Arqueologia brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n. 1, p. 23-41, 1994.
- GASPAR, M. D. *Resenha de Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. *Mana*, v. 6, n. 2, p. 171-173, 2000.

- GASPAR, M. D. História da construção da Arqueologia Histórica Brasileira. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 13, p. 269-301, 2003.
- GNECCO, C; DIAS, A. S. Sobre a arqueologia de contrato. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 2, p. 3-19, 2015.
- GNECCO, C; DIAS, A. S. (Org.). *Crítica de la razón arqueológica: arqueología de contrato y capitalismo*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2017.
- LIMA, T. A. Arqueologia histórica no Brasil: um balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista*, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993.
- MORALES, W. F.; MOI, F. P. (org.). *Cenários regionais em arqueologia brasileira*. São Paulo: Annablume; Porto Seguro: Acervo, 2009.
- PLATAFORMA Sucupira (CAPES). Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 30 dez. 2019.
- PELLINI, J. R. Uma fisiologia da paisagem: locomoção, GIS e sites catchment: uma Nova Perspectiva. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 17, p. 23-37, 2007.
- PELLINI, J. R. Movimento e GIS: uma percepção da paisagem. *Habitus*, v. 6, p. 171-186, 2008.
- PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Ed. da UnB, 1992.
- RIBEIRO, L. *et al.* A saia justa da arqueologia brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1093-1110, 2017.
- ROCHA, B. C. da *et al.* Arqueologia pelas gentes: um manifesto: constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p.130-140, 2013.
- SALADINO, A.; MACHADO, G. de A. A Arqueologia na formação do museólogo: um olhar a partir do Curso de Museologia (1932-2010). *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 7, p. 107-128, 2016.
- SANTOS, T. de L. P. Memória e identidade: o que vem primeiro, Annette Laming Emperaire ou a Missão Franco Brasileira? *Revista Memorare*, v. 2, n. 2, p. 72-84, 2015.
- SCHAAN, D. P; BEZERRA, M. *Construindo a arqueologia no Brasil: a trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Belém: SAB; GK Noronha Editora, 2009.
- SOUZA, A. M. de. História da Arqueologia Brasileira. *Pesquisas (Série Antropologia)*, São Leopoldo, v. 46, p. 1-157, 1991.